

Com Brasil

ANÁLISE

GAZETA MERCANTIL

“Poupança interna forte é a única forma de conter déficit em conta corrente”

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O economista André Lara Resende, um dos pais do real, alertou ontem, em um seminário do Banco Central (BC), sobre o risco de uma crise cambial caso não seja possível formar uma poupança interna pública e privada destinada a evitar um déficit grande na conta corrente, já que o dinheiro externo não veio para financiar este déficit. As atuais taxas de juro são o único instrumento que o BC tem para fazer política monetária destinada a segurar a demanda interna por bens e estimular o ingresso do capital estrangeiro.

Resende, no entanto, entende que taxas de juro elevadas e política monetária restritiva só podem ser transitórias. Do contrário, isso levaria também a uma crise cambial. E ele mesmo indagou: “Poderia ter um pouco de inflação ou correção no câmbio?”. Segundo Resende o risco de uma valorização do real diante do dólar é



André Lara Resende

transformar a taxa de câmbio nominal em preços para toda a economia. Com isso haveria risco de volta da inflação e reindexação de preços e salários.

“O Brasil, que teve memória inflacionária, tende a transformar a desvalorização nominal do dólar em preços internos”, disse Resende. Ao mesmo tempo ele ressalta que a administração de transição de um processo de inflação alta, como se vivia, para um novo patamar de inflação baixa depende mais da “arte de conduzir o processo” do que de regras econômicas. E, neste contexto, enfatizou: “Se o caso de uma desvalorização (real) é necessário, ele se torna inevitável”.

Os ajustes do Plano Real, que vêm sendo conduzidos pela equipe econômica, foram considerados necessários pela economista Dionísio Dias Carneiro, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), outro dos debatedores do seminário do BC. A própria percepção da equipe econômica e da realidade do País muda com a execu-

ção do plano. “Este plano começou com alta confiança no ajuste externo (entrada de recursos para financiar o déficit de conta corrente) e baixa confiança nos instrumentos internos”, disse Carneiro. O desafio da equipe econômica agora é conquistar a confiança dos investidores estrangeiros e trabalhar mais com os instrumentos de política interna para levar adiante o real.

O Banco Central, neste contexto, deveria adotar uma posição mais conservadora e ortodoxa na condução da política monetária. O BC teria que perseguir a qualquer preço um “controle da moeda” e uma inflação baixa. “O BC tem que ser o último dos otimistas e o primeiro dos pessimistas”, disse Carneiro ao se referir ao processo de transição de uma situação de inflação alta para uma economia ajustada.

André Lara Resende acha que o Banco Central não tem hoje controle sobre os agregados monetários, no curto prazo, e nem mesmo sobre a base monetária. O controle monetário através de metas de expansão é ineficiente. O único instrumento de que dispõe, no momento, é a taxa de juros. O Banco Central consegue com as taxas de juro alterar o portfólio das aplicações dos bancos e, com isso, diminuir a pressão sobre a base mone-

tária. O governo deveria centrar todos os seus esforços para promover o ajuste fiscal. Dionísio Carneiro acredita que em determinadas situações um país possa ter estabilidade em sua economia, mesmo com um pequeno déficit fiscal, mas reconheceu que não é o caso do Brasil. O ajuste das contas públicas, como a reforma da previdência social, corte de gastos e venda de empresas estatais, é fundamental hoje para sinalizar austeridade administrativa para a sociedade, assim como para gerar recursos à União.

Com o dinheiro, a União pode financiar o déficit provocado pela conta de juros e melhorar, assim, o seu déficit de conta corrente. Caso isso seja atingível, melhora as condições de gerenciamento da política monetária e cambial. O terceiro debatedor do seminário de 30 anos do Banco Central, Carlos Ivan Simonsen, da FGV, além de concordar com esses princípios, defendeu o fim da zeragem automática das posições dos bancos junto ao Banco Central e a adoção de um sistema mais punitivo de redesconto. “O Banco Central hoje se encontra refém da zeragem automática. A instituição não consegue hoje fazer política de longo prazo em virtude da zeragem automática”, disse Simonsen.